

MANIFESTO PELA AMAZÔNIA

CONSIDERANDO QUE

- a Amazônia é a maior área de floresta tropical do planeta;
- nas florestas tropicais concentra-se a grande maioria das espécies animais e vegetais existentes;
- os ecossistemas equatoriais e tropicais são particularmente frágeis;
- o regime de elevada pluviosidade é fundamental para a manutenção da floresta amazônica;
- aproximadamente metade das precipitações na região provém de evaporações da própria floresta;
- a Bacia Amazônica contribui isoladamente com cerca de 20% da vazão de todos os rios que desaguam no mar;
- os solos da Amazônia, por suas características específicas, em sua maior extensão não possuem vocação agrícola ou pastoril, além daquela relativa à manutenção da cobertura florestal;
- é responsabilidade do Brasil perante a humanidade a conservação dos recursos genéticos existentes em suas florestas tropicais;
- o desenvolvimento econômico brasileiro nas últimas décadas tem sido realizado, via de regra, sem maiores preocupações ambientais, incentivando a implantação de projetos na região amazônica com conseqüências sócio-econômicas freqüentemente negativas;
- os projetos siderúrgicos com uso de carvão vegetal para produção de ferro gusa na região do Grande Carajás são altamente preocupantes, tendo em vista o que ocorreu no Estado de Minas Gerais, cujas florestas nativas foram arrasadas por essa indústria;
- os efeitos dos incentivos fiscais na região vêm sendo em geral negativos, pois é assustador o incremento do ritmo da destruição da floresta amazônica nos últimos anos;
- a expansão acelerada da prática desordenada de garimpagem, com uso intensivo de mercúrio e destruição de matas ribeirinhas, é altamente nociva ao ambiente;
- a existência no Congresso Nacional, desde 06-02-1985, de um projeto de lei definindo uma Política Florestal para a Amazônia, revisito em março de 1987 pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente, sem que até a data presente tenha sido considerado;

E tendo em vista que a continuação e intensificação do presente estado de coisas acarretará, muito provavelmente:

- alterações climáticas expressivas, decorrentes de mudanças no regime de chuvas e na distribuição de calor na atmosfera, afetando todo o território nacional e outras regiões do mundo;
- contribuição significativa para o denominado efeito estufa, também com reflexos climáticos sérios;
- extinção maciça de espécies animais e vegetais;
- perda acelerada de material genético insubstituível, juntamente quando a biotecnologia começa a se tornar promissora;

- aceleração drástica dos processos erosivos, com perda de solos e de nutrientes, e assoreamento das vias de drenagem natural e nos rios navegáveis;
- crescente poluição dos cursos d'água com mercúrio;
- regressão sócio-econômica, em decorrência do fracasso de empreendimentos agropecuários e eliminação de comunidades humanas ecologicamente bem adaptadas;

Os ambientalistas abaixo assinados, que há muitos anos participam da luta em favor da defesa do meio-ambiente, vêm com profunda apreensão a alarmante situação a que se chegou na Amazônia, propondo como decorrência, em caráter urgente:

- um esforço concentrado e permanente de pesquisa na Amazônia e incremento de incentivos a esta atividade;
- a efetivação de zoneamento ecológico, em bases científicas, com a eliminação dos incentivos em desacordo com as normas por ele estabelecidas;
- ampliação substancial e efetiva da rede de áreas naturais protegidas na Amazônia e implementação das já decretadas;
- criação de reservas extrativistas;
- incentivo às pesquisas voltadas para o uso sustentável e permanente da floresta;
- demarcação das reservas indígenas;
- cumprimento da exigência de Relatórios de Impacto Ambiental e de Licenças Ambientais para quaisquer obras de vulto;
- compensação ecológica, em todas as grandes obras que possam redundar em agressão ao ambiente;
- estímulo à utilização de técnicas de sensoriamento remoto, como recurso de controle do uso do espaço amazônico;
- reavaliação dos programas de aproveitamento hidroelétrico e de mineração levando em conta suas repercussões ambientais;
- suspensão da abertura de estradas em desacordo com o zoneamento ecológico-econômico;
- exigências da utilização intensiva de técnicas de conservação dos solos, nas áreas de vocação agrícola;
- manutenção da proibição da caça e promoção de incentivos à instalação de criadouros;
- incentivos à piscicultura, como fonte adicional de proteínas;
- reformulação do Código Florestal no que diz respeito à exigência de preservação permanentemente de 50% das áreas destinadas a uso agropecuário, proibindo-se os parcelamentos sucessivos e atendendo, sempre que possível, ao agrupamento das citadas áreas de preservação;
- suspensão provisória dos incentivos fiscais até que seja estabelecido o zoneamento ecológico-econômico;
- implementação de atividades de educação ambiental e de efetiva fiscalização do cumprimento da legislação ambiental;
- aperfeiçoamento do sistema judiciário, para rápida e efetiva aplicação da legislação agrária e ambiental, cujo ensino deve ser obrigatório nos cursos universitários.

Fernanda Colagrossi
PRESIDENTE DA APANDE ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE PETRÓPOLIS-PATRIMÔNIO, PROTEÇÃO AOS ANIMAIS, DEFESA DA ECOLOGIA

Paulo Nogueira Neto
PRESIDENTE DA ADEMA ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Ibsen de Gusmão Câmara
PRESIDENTE DA SOBRAPA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Octavio Mello Alvarenga
PRESIDENTE DA SNA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

João José Bigarella
PRESIDENTE DA ADEA ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Luiz Emygdio de Mello Filho
PROFESSOR EMÉRITO DO MUSEU NACIONAL

Wanderbilt Duarte de Barros
PRESIDENTE DA FBCN FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA